

	PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO GABINETE DA PRESIDÊNCIA (GABPRES) DEPARTAMENTO DE APOIO AOS ÓRGÃOS COLEGIADOS ADMINISTRATIVOS (DEACO) DIVISÃO DE APOIO TÉCNICO E ADMINISTRATIVO (DICOL) SERVIÇO DE APOIO TÉCNICO AOS ÓRGÃOS COLEGIADOS ADMINISTRATIVOS TEMPORÁRIOS (SEATE)	
<b>COMITÊ GESTOR DAS CONTAS ESPECIAIS</b>		<b>ATA DE REUNIÃO N. 02/2025</b>
<b>Data:</b> 18.12.2025	<b>Horário:</b> 17h	<b>Local:</b> Virtual - <i>Microsoft Teams</i>

Presentes na reunião, realizada por meio do aplicativo *Microsoft Teams*, os seguintes membros e convidados:

- Juíza de Direito **Daniela Ferro Affonso**, Auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro;
- Juíza Federal **Marcella Araújo da Nova Brandão**, Tribunal Regional Federal da 2ª Região;
- Juíza do Trabalho **Maria Thereza da Costa Prata**, Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região;
- Senhora **Fabiana Silva Delgado**, Diretora do Departamento de Precatórios Judiciais - TJRJ;
- Senhora **Lidia Borges Leitão da Costa**, Departamento de Precatórios Judiciais - TJRJ;
- Senhora **Maria Emília da Silva Bessa**, Diretora da Divisão de Pagamento - TJRJ;
- Senhor **Luiz Otávio Paschoal da Silva**, Chefe do Serviço de Pagamento, Controle de Contas e Conciliação - TJRJ;
- Senhor **João Paulo Santos de Souza**, Divisão de Precatórios - TRF 2ª Região;
- Senhor **Bruno Guarischi e Benevides**, TRF 2ª Região;
- Senhor **Márcio Baptista do Carmo** Secretaria de Precatórios - TRT 1ª Região.

A Excelentíssima Juíza Auxiliar da Presidência **Daniela Ferro Affonso**, cumprimenta e agradece a todos pela presença, declarando aberta a sessão às 17h12.

## 1. Panorama Geral

A Sra. **Fabiana Delgado**, Diretora do Departamento de Precatórios Judiciais, inicia os trabalhos com a apresentação de panorama das atividades subsequentes à promulgação da Emenda Constitucional n.º 136, de 9 de setembro de 2025 e as providências que deverão ser tomadas para concretização dos pagamentos a partir de janeiro de 2026.

Informa que os planos de pagamento para o ano de 2026 foram elaborados e os entes devedores devidamente intimados, restando apenas a retificação pontual relativa ao município de Volta Redonda.

## 2. Solicitações Técnicas

Dando prosseguimento, a Sra. **Fabiana Delgado** solicita ao representante do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF-2) o envio da listagem das contas individuais dos entes do regime especial. Tal medida visa viabilizar que o aporte da primeira parcela do exercício seja direcionado às contas indicadas pelos respectivos tribunais.

A Juíza **Maria Thereza da Costa Prata** indaga se os planos de pagamento que se encontram devidamente homologados se referem à totalidade dos entes submetidos ao regime especial, com a correspondente apuração do teto instituído pela Emenda Constitucional nº 136, ou se, diversamente, a incidência do referido limitador restringe-se apenas àqueles que formalizaram o requerimento.

A Sra. **Fabiana Delgado** esclarece que, no exercício de 2025, encaminhou comunicação eletrônica aos quatorze entes do regime especial que solicitaram a revisão de seus planos. Para o ano de 2026, adotou-se solução análoga à implementada pelos estados de Fortaleza e Mato Grosso, consistente na readequação dos planos com base nos dados preexistentes.

Ressalta que a Receita Corrente Líquida (RCL) consolidada do exercício anterior torna-se disponível apenas no início de março. Por conseguinte, a obtenção dos estoques em primeiro de janeiro revela-se fundamental, pois garante um prazo exequível para o processamento dos dados e permite o provisionamento de recursos já no primeiro mês de 2026.

Ante a ausência de novas diretrizes oficiais, permanece vigente a Resolução nº 303 do CNJ nos moldes anteriores. Tal estratégia, visa assegurar o aporte imediato em janeiro, postergando a adequação definitiva aos parâmetros da emenda para o mês de março de 2026, quando se procederá aos ajustes necessários com base na RCL definitiva e no estoque atualizado.

A Juíza **Daniela Ferro Affonso** esclarece que, no que tange ao exercício de 2025, a revisão dos planos de pagamento com fulcro na emenda constitucional correspondente contemplou, exclusivamente, os entes que formalizaram o respectivo requerimento. Ressalte-se que, para os entes que não manifestaram interesse, não houve alteração nos planos vigentes.

A Sra. **Fabiana Delgado** observa que qualquer alteração nos planos de pagamento deverá ser comunicada via e-mail. Saliencia que a integração entre os órgãos é fundamental, visto que a gestão dos percentuais mensais passa a ser de responsabilidade direta dos tribunais. Adicionalmente, informa que o valor das parcelas homologadas será comunicado logo após o lançamento no sistema, garantindo o controle administrativo por parte das instituições.

Na oportunidade, expressa agradecimento ao TRF e ao TRT pela parceria institucional, sublinhando que o volume de mandados expedidos reflete a eficiência da prestação jurisdicional e o compromisso com os beneficiários.

Nada mais a ser tratado, a Exma. Juíza **Daniela Ferro Affonso** agradece a participação de todos e encerra a sessão às 17h49.

**Daniela Ferro Affonso**  
Juíza Auxiliar da Presidência